

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 5

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

5

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 5 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-004-9

DOI 10.22533/at.ed.049181912

1. Educação e estado. 2. Ensino superior. 3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4. Universidades e faculdades públicas – Organização e administração. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Depois da Educação Básica, a Educação Superior será ministrada em instituições de ensino superior, sendo públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

A abordagem de temas como a evasão de estudantes no Ensino Superior é relevante, pois parece que a evasão ocorre apenas na Educação Básica, principalmente no Ensino Médio. A investigação sobre esse tema propicia a elaboração de estratégias para a redução da evasão escolar.

A educação a distância (EaD) também é um tema recorrente nos artigos apresentados, pois se tornou uma estratégia privilegiada de expansão da educação superior em todo território brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1990, após ser validada legalmente pela LDB em 1996.

O artigo “Limites e possibilidades como acadêmico de um curso de educação a distância relato de uma experiência em andamento” trata da educação a distância, especificamente do surgimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que com seu Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA/Moodle), abriu possibilidades de alunos de diversos lugares tivesse acesso gratuito a cursos de graduação. O artigo faz algumas considerações sobre facilidades e dificuldades dentro dessa modalidade de ensino-aprendizagem.

Alguns dos artigos também abordam as práticas de avaliação, os estágios supervisionados, o currículo, programas como PIBID e Universidade para Todos, entre outros.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: COMPLEXIDADES DO PROBLEMA	
<i>Luciano Espósito Sewaybricker</i>	
DOI 10.22533/at.ed.049181912	
CAPÍTULO 2	9
A INSERÇÃO DA EAD NOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DO BRASIL: LÓGICAS DE GESTÃO NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	
<i>Stella Cecilia Duarte Segenreich</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819122	
CAPÍTULO 3	22
A INTERDISCIPLINARIDADE E O ENSINO SUPERIOR MILITAR: UMA POSSIBILIDADE ATUAL E REAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819123	
CAPÍTULO 4	35
ANÁLISE DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ALUNOS DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	
<i>Eric Gabriel Oliveira Rodrigues</i>	
<i>Aline Ferreira de Lima</i>	
<i>Ariana Mahara Fernandes Nery</i>	
<i>Jemima Tabita Ferreira de Sousa</i>	
<i>Elenilde Medeiros Diniz</i>	
<i>Vanessa Milena Mendes dos Santos</i>	
<i>Cláudia Patrícia Torres Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819124	
CAPÍTULO 5	46
AS PERSPECTIVAS DE GRANDUANDOS(AS) SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PAPEL DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Camila Midori Takemoto Vasconcelos</i>	
<i>Lílian Aparecida Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819125	
CAPÍTULO 6	53
AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL	
<i>Luísa Cerdeira</i>	
<i>Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819126	
CAPÍTULO 7	60
DEMOCRATIZAÇÃO DA PERMANÊNCIA NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
<i>Pâmela Junqueira Freitas</i>	
<i>Elisa Antônia Ribeiro</i>	
<i>Antônio Luiz Ferreira Junior</i>	
<i>Glaucia de Freitas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819127	

CAPÍTULO 8 66

DIÁLOGOS DE SABERES: CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES E ESTUDANTES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOBRE AGRICULTURAS DE BASE ECOLÓGICA, UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO CAMPO

Maiara Cristina Gonçalves

Terezinha de Fátima Fumis

Flávia Toqueti

Luís Gustavo Patrício Nunes Pinto

Aloísio Costa Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.0491819128

CAPÍTULO 9 71

DINÂMICA DA EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS MATRÍCULAS POR MEIO DA INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Crislayne Barbosa de Santana Lima

Edson Francisco de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.0491819129

CAPÍTULO 10 84

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NO RS: UM OLHAR A PARTIR EXPERIÊNCIA DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Rita de Cássia de Souza Soares Ramos

Thaís Philipsen Grützmann

DOI 10.22533/at.ed.04918191210

CAPÍTULO 11 93

ESTRUTURA CURRICULAR DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: PERSPECTIVAS DA AÇÃO COMUNICATIVA.

Thais Paschoal Postingue

Deise Aparecida Peralta

DOI 10.22533/at.ed.04918191211

CAPÍTULO 12 100

ESTUDO ESTATÍSTICO DOS FATORES DE RENDIMENTO ACADÊMICO, CARGA HORÁRIA DO TRABALHO E DISTÂNCIA DO POLO QUE OFERTA CURSOS TÉCNICOS EM EAD

Carmem Tassiany Alves de Lima

Jhéssica Luara Alves de Lima

Remerson Russel Martins

DOI 10.22533/at.ed.04918191212

CAPÍTULO 13 107

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: FORMAÇÃO TRANSDISCIPLINAR NA GRADUAÇÃO.

Cláudia Barsand de Leucas

Larissa de Oliveira e Silva

Túlio Fernandes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.04918191213

CAPÍTULO 14 112

FORMATO MULTICAMPI EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS: ALGUNS DESDOBRAMENTOS PARA A GESTÃO

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.04918191214

CAPÍTULO 15	125
GESTÃO ESCOLAR E QUALIDADE: O CAMPO EDUCACIONAL NAS INVESTIGAÇÕES DA CAPES	
<i>Glaé Corrêa Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191215	
CAPÍTULO 16	137
LIMITES E POSSIBILIDADES COMO ACADÊMICO DE UM CURSO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO	
<i>Jeferson Ilha</i>	
<i>Andréa Forgiarini Cecchin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191216	
CAPÍTULO 17	147
O APRENDER E O ENSINAR PARA OS LICENCIANDOS DE PEDAGOGIA DA UFMT	
<i>Aline Rejane Caxito Braga</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191217	
CAPÍTULO 18	154
O PEDAGOGO MESSIÂNICO – IMAGINÁRIO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA ACERCA DO TRABALHO DO PEDAGOGO	
<i>Anelize Rafaela de Souza</i>	
<i>Fabio Riemenschneider</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191218	
CAPÍTULO 19	159
PESQUISA AÇÃO. ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO LONGITUDINAL SOBRE A AVALIAÇÃO DE ALUNOS	
<i>Mariângela Carvalho Dezotti</i>	
<i>Denise Cristina Costenaro Marchesoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191219	
CAPÍTULO 20	170
PIBID: LÓCUS DE FORMAÇÃO E TROCA DE SABERES EM UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR	
<i>Simone Leal Souza Coité</i>	
<i>Gabriela Sousa Rêgo Pimentel</i>	
<i>Rosa Maria Silva Furtado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191220	
CAPÍTULO 21	182
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA BAHIA	
<i>Mariana Andrea da Silva Casali Simões</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191221	
CAPÍTULO 22	192
PROCESSOS DE INICIAÇÃO À DOCENCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Rodrigo Caetano Ribeiro</i>	
<i>Dijnane Vedovatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191222	

CAPÍTULO 23	205
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
<i>Maria Lucia Morone</i>	
<i>Marina Ranieri Cesana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191223	
CAPÍTULO 24	212
RESSIGNIFICANDO A ABORDAGEM NO ENSINO DE BIOQUÍMICA: CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE UM MAPA METABÓLICO SIMPLIFICADO COMO ESTRATÉGIA MOTIVADORA DE ENSINO	
<i>André Marques dos Santos</i>	
<i>Marco Andre Alves de Souza</i>	
<i>Ana Carolina Callegario Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191224	
CAPÍTULO 25	223
SEXUALIDADE INFANTIL NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA COM CONSIDERAÇÕES SOBRE QUALIDADE E POLÍTICA EDUCACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA GROUNDED THEORY	
<i>Claudionor Renato da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191225	
CAPÍTULO 26	239
SURDEZ NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE LICENCIATURA	
<i>Joniana Soares de Araújo</i>	
<i>Fatima A. A. A. Cader-Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191226	
CAPÍTULO 27	253
TEORIA ATOR-REDE E O ENSINO DE PSICOLOGIA PARA LICENCIATURAS	
<i>André Elias Morelli Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191227	
CAPÍTULO 28	265
TIPOS DE EVASÃO E EXPERIÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS	
<i>Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191228	
CAPÍTULO 29	274
TORNE-SE PROFESSOR: ACESSO DIFERENCIADO AOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS COMO UMA POSSIBILIDADE A MAIS	
<i>Norivan Lustosa Lisboa Dutra</i>	
<i>Sidelmar Alves da Silva Kunz</i>	
<i>Remi Castioni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191229	
CAPÍTULO 30	284
AS MÍDIAS COMO INSTRUMENTO DE CONHECIMENTO:AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO(TICS) NO CURSO DE NÍVEL SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO OFERTADOS NAS MODALIDADES PRESENCIAL E EAD	
<i>Angeluze Comoretto Parcianello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191230	
SOBRE A ORGANIZADORA	293

PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA BAHIA

Mariana Andrea da Silva Casali Simões

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Cruz das Almas - Bahia

RESUMO: O extensionismo ou a prática da extensão universitária é a forma como a relação da universidade com a sociedade se manifesta nos vários momentos. Já a avaliação se constitui em um fenômeno extremamente complexo que pode ser efetuado por múltiplos procedimentos, vindo a assumir um caráter transformador, pois afeta a vida das pessoas envolvidas e produz efeito sobre elas, além de direcionar a tomada de decisões diante dos resultados obtidos, podendo ainda legitimar muitas desigualdades. A partir do estudo destes dois conceitos, percebemos que a avaliação da extensão universitária segue sendo um dos pontos de grande discussão no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, enquanto que nas universidades, esta temática ainda é bem pouco referida. Buscaremos elucidar a questão da natureza da avaliação (avaliação formal e informal) dentro das práticas de avaliação realizadas na UFBA e UFRB, estas que foram as duas primeiras organizações federais do estado da Bahia, com destacada importância para suas comunidades. Trata-se de uma investigação qualitativa, que recolheu dados

através de análise documental e entrevistas semiestruturadas de gestores da extensão e membros da Comissão Própria de Avaliação. Podemos dizer que os processos de avaliação das organizações são muito semelhantes, pois são feitos de maneira informal (o que nos leva a dizer que o processo não pode ser considerado como avaliação).

PALAVRAS-CHAVE: avaliação, extensão universitária, universidades federais.

ABSTRACT: Extension or the practice of university extension is the way the university's relationship with society is manifested in the various moments. On the other hand, the evaluation is an extremely complex phenomenon that can be carried out by multiple procedures, taking on a transforming character, since it affects the lives of the people involved and has an effect on them, besides directing the decision making to the results obtained, Legitimizing many inequalities. From the study of these two concepts, we realize that the evaluation of university extension continues being one of the points of great discussion in the scope of the Forum of Pro-Rectors of Extension of the Brazilian Public Universities, whereas in the universities, this subject is still little referred. We will seek to elucidate the question of the nature of the evaluation (formal and informal evaluation) within the evaluation practices carried out at

UFBA and UFRB, which were the first two federal organizations in the state of Bahia, with particular importance for their communities. This is a qualitative investigation, which gathered data through documentary analysis and semi-structured interviews of extension managers and members of the Evaluation Evaluation Committee. We can say that the processes of evaluation of organizations are very similar, since they are done informally (which leads us to say that the process can not be considered as evaluation).

KEYWORDS: evaluation, university extension, federal universities.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um breve estudo sobre as práticas de avaliação da extensão universitária em duas Universidades Federais da Bahia, e é fruto dos resultados obtidos na pesquisa realizada para obtenção do título de Doutorado defendido pela autora. A categoria de práticas de avaliação se refere aos aspectos mais técnicos da avaliação, pelo que a designamos na análise dos dados para reunir aqueles elementos relativos às formas possíveis de avaliação e aos procedimentos que as organizações colocam em prática para efetuar a avaliação do seu funcionamento em geral e da extensão em particular. Também a questão do “como fazer” é uma das primeiras a surgir para aqueles que vão desempenhar o papel de avaliadores, já que constitui o ponto de partida de qualquer avaliação. De acordo com os autores que estudamos, reconhecemos que mesmo nestas questões mais técnicas existem opções e posicionamentos políticos, já que a avaliação é sempre política, inclusive no que se refere às opções técnicas tomadas pelos avaliadores. Aqui, discutiremos um dos aspectos da avaliação feita nas organizações estudadas: natureza da avaliação (avaliação formal e informal).

Para atingir este objetivo, é importante destacar a complexidade da concepção de extensão universitária, dimensão tão importante ao trabalho universitário, sobretudo no Brasil. O extensionismo ou a prática da extensão universitária é a forma como a relação da universidade com a sociedade se manifesta nos vários momentos. No que se refere à temática da avaliação, ela também tem sido um campo científico marcado por disputas de diferentes visões de mundo. A avaliação se constitui em um fenômeno extremamente complexo que pode ser efetuado por múltiplos procedimentos, já que envolve relações de poder, tensões, julgamentos e escalas de valores. Ela pode vir a assumir um caráter transformador, pois afeta a vida das pessoas envolvidas e produz efeito sobre elas, além de direcionar a tomada de decisões diante dos resultados obtidos. Mas também pode legitimar muitas desigualdades, transformando estas últimas em algo natural, inevitável e fatal (as chamadas desigualdades justas).

A partir dos estudos teóricos que fizemos e a partir de uma primeira observação do contexto do objeto de estudo, pudemos perceber que a avaliação das práticas de extensão universitária foi muito discutida, mas pouco realizada no âmbito das universidades federais, pelo que a avaliação da extensão foi sendo concebida como

instrumental aos poderes universitários instituídos, justificadora de certas ações ou práticas. A avaliação ainda não tem sido feita de modo sistemático e aprofundado e, até hoje, a avaliação da extensão segue sendo um dos pontos de grande discussão no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, enquanto que nas universidades, esta temática ainda é bem pouco referida.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) se constituíram no *locus* desta investigação. Foram as duas primeiras organizações federais do estado da Bahia, que embora sendo bastante diferentes, apresentam uma destacada importância para suas comunidades, contribuindo significativamente para a produção e distribuição do conhecimento em seu entorno e ensejam contribuições diferentes na dimensão da extensão universitária.

A investigação foi realizada sob a ótica do paradigma compreensivo-interpretativo, assumindo-se como uma investigação qualitativa; os processos de avaliação, de uma maneira geral, são concebidos como práticas em construção, e podem vir a possuir diferentes sentidos para seus atores. Para a coleta de dados utilizamos várias técnicas: análise documental, inquérito por questionário e entrevista semiestruturada; a última delas foi se constituindo como a mais importante na recolha da informação dos atores envolvidos nos processos de avaliação de ambas as organizações: gestores da extensão (G) e membros da Comissão Própria de Avaliação (MCPA). Para a análise destes dados, utilizamos a técnica da análise de conteúdo.

Com este arcabouço metodológico constituído, pudemos perceber que a avaliação da extensão universitária acontece em dois *locus* das organizações estudadas. Primeiramente, devemos destacar a avaliação da extensão empreendida no setor em que ela é gerida, como é o caso das Pró-Reitorias de Extensão das duas organizações. Para esta avaliação, pudemos utilizar o depoimento dos gestores e os relatórios de Gestão como suas evidências mais importantes. O outro tipo de avaliação em que a extensão é referida é a avaliação institucional. Muitas vezes, este tipo de avaliação utiliza os próprios dados fornecidos pelas Pró-Reitorias; entretanto, a avaliação que ocorre no âmbito institucional é a avaliação que deve (ou pelo menos deveria) integrar às práticas de avaliação da extensão às outras dimensões (ensino e pesquisa). Compreendemos que os depoimentos dos membros da Comissão Própria de Avaliação e os relatórios produzidos por esta Comissão, além do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada organização, se constituem como aquelas fontes de dados que nos auxiliaram mais com a elucidação destas questões.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

Para compreender o papel da extensão universitária dentro do contexto das universidades contemporâneas, precisamos conhecer “a crise da legitimidade”, a que se refere Boaventura Santos (2010). Para este autor, esta é a que mais se relaciona com

a dimensão da extensão. Inicialmente, a universidade surgiu para gerar conhecimento a uma minoria de jovens, praticando seu isolamento em relação à sociedade, e isto ao longo da história persistiu e em certa medida foi interessante em algum momento para os interesses capitalistas. Por isso, a legitimidade da universidade nunca foi questionada, até o período que o autor designa de capitalismo organizado, correspondente ao auge do Estado-providência, em que há uma grande luta dos trabalhadores e da sociedade civil por mais direitos e pela distribuição das riquezas equanimemente. “A crise da legitimidade é em grande medida o resultado do êxito das lutas pelos direitos sociais e econômicos, os direitos humanos da segunda geração, entre os quais pontifica o direito à educação” (Santos, 2010, p. 211). Desta maneira, ela ocorreu a partir do momento em que se tornou visível a grande elitização presente na educação superior. Assim, Boaventura Santos enfatiza a implicação de duas crises nesta contradição: o tipo de conhecimento produzido pela instituição (crise da hegemonia) seria substancialmente alterado por causa da mudança do grupo social a que se destina este conhecimento (crise da legitimidade). A universidade respondeu a este duplo movimento: realizou a incorporação de novas demandas para produção de novos saberes, e intencionou abranger (ainda que de forma limitada) os grupos historicamente excluídos deste espaço educativo (operários, mulheres, negros etc.). Particularmente consideramos esta ideia bastante válida para as discussões sobre a institucionalização da extensão universitária no Brasil. A partir de meados da década de 80, esta discussão tomou novos caminhos rumo à institucionalização da extensão universitária e ganhou arcabouço teórico a fim de repensar e reconstruir a universidade brasileira. Neste período, novas construções teóricas sobre esta dimensão possibilitaram a mudança para um paradigma de universidade em que a extensão universitária deixa de ser mais uma função desarticulada do projeto acadêmico global desenvolvido nas universidades públicas para se transformar em instrumento de autonomia e democratização dessa mesma universidade.

Essas discussões se dão em um momento tão fortuito de abertura política do país, que acabam acontecendo fóruns situando a discussão destas e de outras questões. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) surgiu neste contexto, em 1987. As questões mais discutidas no fórum tem sido a conceituação, a institucionalização, o financiamento e a avaliação da extensão. A partir de sua criação, começou a existir um espaço privilegiado para a formulação de diretrizes políticas unitárias sobre extensão que, na correlação de forças, conseguiu obter êxitos e influenciar a maioria das instituições públicas brasileiras. O reconhecimento legal dessa atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição e a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, deram à comunidade acadêmica as condições e o lugar para uma conceituação precisa da extensão universitária. Um fator de extrema importância desta perspectiva da extensão é que ela se coloca como espaço estratégico para promover atividades acadêmicas integradoras entre áreas distintas do conhecimento, fortalecendo a interdisciplinaridade. Assim, a extensão

deve ser um conjunto integral de atividades desenvolvidas, incluindo ao mesmo tempo o aspecto político, pois os problemas vivenciados pelos alunos e professores são problemas concernentes às várias ciências (naturais ou sociais) mas são também problemas da sociedade. A extensão universitária propicia a estes alunos a criação de condições para o desenvolvimento intelectual adequadas à realidade de cada profissional, pois promove a busca de outros espaços de aprendizagem.

Conjuntamente com o advento da conceituação da extensão universitária, as discussões sobre o papel das instituições públicas tiveram bastante força. De um lado, a crítica a essas instituições por aqueles que faziam parte de uma elite conservadora e neoliberal que se mantinha no poder durante as últimas décadas; de outro, a esperança daqueles que defendiam a redemocratização e o fortalecimento dessas instituições. Mais uma vez, a avaliação teve um papel fundamental para legitimar ambas as correntes, especialmente no âmbito da educação superior, inclusive subsidiando a discussão para reformas. Externamente às instituições, as políticas educacionais evidenciavam a avaliação como a grande reguladora do Ensino Superior brasileiro.

A avaliação sistemática, na acepção de Stufflebeam e Shinkfield (1987), se constitui em um domínio fundamental do conhecimento porque permite-nos formular juízos acerca de todas as áreas de funcionamento da sociedade, baseando nossas decisões em determinada racionalidade e buscando a melhoria da vida em comum, por isso ela está presente em todas as áreas da atividade humana. A avaliação tem servido à humanidade para, por exemplo: apoiar a tomada de decisões; auxiliar a prestação pública de contas; melhorar práticas e procedimentos; compreender problemas de natureza social, contribuindo para a identificação de soluções possíveis; compreender as experiências vividas por quem está envolvido numa dada prática social (Fernandes, 2013). Dentro deste contexto, a avaliação educacional, sobretudo aquela que temos vindo a designar como formal, concebida como o conjunto de todas as formas de avaliação disponíveis no campo da educação, tem sido considerada cada vez mais indispensável para compreender os problemas que afetam os sistemas educativos e agir para a melhoria dos complexos processos sociais destes sistemas” (Afonso, 2014, p.488).

Almerindo Janela Afonso (2009), enfatiza o caráter político da avaliação, pois segundo ele, a avaliação serve a determinados interesses. A própria escolha de determinadas modalidades e técnicas de avaliação implica em determinada opção política. “Verificar a que interesses serve e como é que esses interesses são representados ou respeitados implica aceitar que a avaliação é uma atividade que é afetada por forças políticas e que tem efeitos políticos” (Afonso, 2009, p. 18). Ainda de acordo com este autor, há que se considerar que estas escolhas e estes interesses refletem as funções manifestas e as funções latentes da avaliação, e elas podem ter um protagonismo maior ou menor a depender da conjuntura política, social e econômica a que esteja submetida.

3 | RESULTADOS

A natureza da avaliação refere-se à questão da avaliação formal ou informal. Para Fernandes (2013, p. 14), “as práticas de avaliação informal são aqueles julgamentos que fazemos em nosso cotidiano, muitas vezes realizados intuitivamente”, e embora possam gerar conhecimento acerca de determinada realidade, poderão não ser considerados, a ter em atenção outros autores (Stufflebeam & Shinkfield, 1987; Guba & Lincoln, 2011, entre outros) como processos legítimos de avaliação, já que possuem um valor bastante limitado e parcial. Entretanto, percebemos que os entrevistados se referem a este tipo de avaliação quando aplicada nos contextos educacionais. Esta avaliação informal aparece, assim, geralmente associada às práticas de trabalho de ensino cotidianas, pelo que só com muito esforço a poderemos considerar como um processo avaliativo, pois não são aquelas que, como o autor refere “exigem uma abordagem mais rigorosa” (Fernandes, 2013, p. 14).

Consideramos as três dimensões da avaliação de essencial importância no reconhecimento dos verdadeiros processos de avaliação da extensão: o levantamento de dados e informações sobre o que se pretende avaliar (estando a dimensão da medida quase sempre envolvida nestes tipos de levantamento); a definição dos objetivos da avaliação ou parâmetros de referência para trabalhar as informações obtidas; e o juízo de valor, emitido sob os parâmetros, identificando os méritos e gerando resultados (Guba, E.G., & Lincoln, Y. S., 2011).

Reconhecemos que a diversidade de concepções impacta diretamente na operacionalização dos processos avaliativos, ou seja, impacta na dimensão das práticas de avaliação. Logo de início a questão da natureza da avaliação parece bastante difícil em ser referida e acreditamos que isto tenha se devido em razão de ela ser bastante dilemática, pois tem a ver com as concepções dos sujeitos e daí poderíamos relacioná-la com as concepções e com os objetivos da avaliação. Optamos por selecionar os excertos que referiam práticas informais de avaliação, exatamente por não as considerar como avaliação propriamente dita; entretanto, as destacamos porque consideramos que elas são um modo de conceber e praticar a avaliação.

Nos depoimentos dos gestores da UFBA, categorizamos alguns excertos referindo-se à natureza informal da avaliação. Dois deles referiam-se aos processos de trabalho que precisavam de julgamentos mais imediatos para a tomada de decisão. Acreditamos que isso aconteça com este grupo já que os gestores são aqueles que tomam decisões e que, por isso, estão sujeitos a fazer avaliações informais, corriqueiras e mais pontuais para subsidiar determinadas decisões no âmbito da gestão.

Para você ter uma noção, a escolha da forma desse processo avaliativo que é feita nessa gestão do nosso atual reitor, são reuniões com a equipe inteira, quinzenais. A gente passa a tarde inteira, a equipe inteira reunida, e todo mundo discutindo o assunto de todo mundo. Então se a extensão vai lançar um edital, todo mundo está discutindo os parâmetros e a forma de fazer, e se tem ou não tem condições, como é que seria melhor, que enfoque pode dar, todo mundo está debatendo e

discutindo tudo. Isso é muito ideia de gestão colegiada, de fato colegiada. Não é aquela ideia de cada um traz o seu, eu trago o meu e aprova e pronto (G1).

Entretanto, não queremos dizer que estes processos são equivocados, ou que toda e qualquer tomada de decisão deva ser baseada em resultados de uma avaliação sistemática. Obviamente, sabemos que no contexto das universidades federais isso seria praticamente impossível, dadas as dificuldades enfrentadas pela lentidão na aplicação dos recursos e escassez de mão de obra para realizar estas tarefas. Além disso, sabemos do hibridismo dos modelos de gestão destas organizações, com reminiscências dos modelos patrimonialista, burocrático e gerencialista, que certamente influenciam nesta questão (Mancebo, Catani, & Silva, 2013).

Os outros dois excertos referiam a avaliação como emissão de juízos de valor feitos de maneira individual e, portanto, bastante subjetiva face à complexidade da avaliação da extensão. Percebemos que quando inquiridos sobre a avaliação, os atores tendem a reduzi-la aos processos informais:

Então, se eu disser que a avaliação é no final do ano, e passo o ano inteiro fazendo nada, claro que eu estou me avaliando, só não estou prestando atenção, eu tenho que prestar atenção no que eu estou fazendo: isso significa tal coisa, isso mudou tal coisa, vou mudar esse método, isso aqui não está correto, a gente achou que funcionava com tal comitê, não funciona mais, agora é de outra maneira (G1).

A maior crítica que eu fiz no período da nossa gestão à nossa gestão foi essa: nós falhamos com a extensão. Nós falhamos, porque enquanto a outra Pró-Reitoria que eu assumi ela deslanchou, porque tinha investimento externo, a extensão ficou sempre dependente do recurso que colhia do Fundo de Extensão (G4).

Para os membros da CPA da UFBA não conseguimos encontrar nenhum excerto que traduzisse o conceito de avaliação informal. Acreditamos que este grupo de pessoas tenha mais consolidada a concepção de avaliação sistemática que referimos acima, por geralmente terem trabalhado nestes processos, desde as experiências anteriores ao SINAES. Já para os documentos produzidos por esta organização percebemos que, eventualmente, nos relatórios são escritos pequenos trechos que podemos integrar no conceito de avaliações informais, já que tratam da melhoria ou incremento das ações da extensão universitária, apenas referindo à avaliação de maneira bastante superficial, se constituindo em mais uma opinião de quem escreveu o relatório do que um juízo de valor baseado em algum processo de avaliação sistemática. Estes excertos, por outro lado, são mais frequentes nos Relatórios de Gestão da UFBA. Como nos refere o trecho abaixo transcrito:

Em suma, os dados indicam que a atividade extensionista avançou na UFBA, com resultados bastante apreciáveis. De igual modo, a PROEXT ampliou seu apoio às unidades, órgãos e entidades estudantis que desenvolvem ações de extensão, seja com recursos financeiros vindos do Fundo de Extensão, seja com o apoio logístico para realização e divulgação das atividades de extensão (RG, 2004, UFBA, p. 30).

Estas avaliações informais constantes nos relatórios referem-se, em sua maioria, positivamente aos resultados do que seja a avaliação da extensão, e também acontecem em momentos em que consideramos não haver avaliação, mas apenas uma compilação das informações e dos números de atividades realizadas, programas existentes e projetos aprovados. Cabe aqui ressaltar que, se não existem metas ou formas de avaliar se as metas estão sendo cumpridas, se não existe avaliação, mas sim compilação de informações, a avaliação informal que seguirá destes processos fica sob responsabilidade dos gestores, e ela certamente não será negativa. Daí que os avaliadores, neste caso, serão os próprios gestores e a avaliação será politicamente manipulada para referir resultados positivos, ou seja, usada para fins administrativos, para legitimar os procedimentos adotados pela gestão, como nos referem Guba & Lincoln acerca do gerencialismo que envolve algumas das três gerações da avaliação (a geração da medida, da quantificação, articulada com a geração da emissão de juízo de valor -quando o juízo é legitimado pela medida, pelas estatísticas- podem gerar práticas tendentes ao gerencialismo. “Se houver alguma falha, a avaliação necessariamente apontará o dedo para outro lugar”). (Guba & Lincoln, 2011, p. 40). Isso também nos leva a pensar que as motivações para afirmar sempre os resultados positivos sejam baseados em asserções reais ou se são afirmações meramente burocráticas e administrativas, para referir que os processos têm sido desempenhados a contento. Sobre esta questão nos parece muito oportuno referir Jean-Marie Barbier (1985, p. 7), quando este autor adverte sobre o caráter ritualizador da avaliação: “falar sobre ela pode ser mais necessário do que fazê-la”.

Já para a UFRB, no que se refere aos gestores, ficou mais clara nos seus discursos a confusão entre a avaliação informal e a avaliação sistemática. Eles referem-se à questão da avaliação informal da gestão: a exemplo do que aludimos para os documentos da UFBA, os gestores dão opiniões sobre o período em que estiveram à frente da gestão da extensão, algumas positivas, outras referindo as dificuldades encontradas.

Que eu acho, assim avaliando agora bem breve, que foi uma experiência boa, que a gente conseguiu, dentro do possível, com as limitações que a gente tinha, a limitação de pessoal era uma das piores coisas (G2).

Outra questão referida sobre a avaliação informal é aquela realizada pela comunidade acadêmica, especificamente os alunos. Existe uma avaliação do que seja a experiência da extensão universitária para a vida acadêmica dos discentes, mas ela não é dimensionada em termos reais. Isto não quer dizer que essas impressões não sejam importantes para termos um conhecimento (no domínio do senso comum) sobre a diferença que as atividades de extensão podem fazer na formação discente. Entretanto, como já insistentemente temos aludido, este conhecimento não pode ser considerado como tendo resultado de processos de avaliação sistemática.

E inclusive os Projetos Rondon que retornaram os editais, acho que foi em 2011 ou 2012, a UFRB participou de todas as edições do Rondon. E nós íamos sempre depois aos Centros de Ensino quando tinham as equipes retornando para eles fazerem uma avaliação. Os alunos voltavam apaixonados! Os alunos diziam assim: “em dez dias eu aprendi o que em quatro anos não aprendi aqui!” E a gente dizia “você está exagerando”. Mas eles viam com uma animação e uma emoção, e diziam que em dez dias na comunidade valeram quatro anos de universidade (G3).

No caso dos membros de CPA desta organização, também dois excertos se encaixavam nesta subcategoria. Eles se referiam à avaliação negativa que a comunidade faz da universidade quando as ações da extensão não são bem-sucedidas. Consideramos neste caso a falta de referências a processos formais para dimensionar se esta avaliação da comunidade é negativa apenas por se tratar de opiniões de algumas pessoas impelidas a se manifestar em determinados contextos. Não há como avaliar como é a resposta da comunidade diante das ações de extensão, uma vez que este grupo não é chamado a participar das avaliações sistemáticas que fazemos dentro das organizações.

Quando chega um grupo novo lá, eu falo isso por experiência própria, eles dizem assim: olhe, já teve um grupo aqui prometeu isso e prometeu aquilo e nunca mais voltou. Aí você fica com a cara no chão, não tendo uma resposta para dar, e a gente entende que eles têm razão. E a culpa está aqui (MCPA6).

Também, mais uma vez, estas opiniões, características do domínio da avaliação informal podem servir para ter um conhecimento prévio sobre a comunidade, mas não se constituem em processos rigorosos de avaliação. No caso da UFRB, este fato demonstra uma certa confusão ou desconhecimento dos membros da Comissão Própria de Avaliação sobre a concepção de avaliação sistemática que referimos.

Para os documentos desta organização foi mais difícil encontrar excertos que indiciam a existência da avaliação informal na sua forma latente (ou implícita). A preocupação com a avaliação foi mais referida nos documentos desta universidade, o que deixa menos espaço para este tipo mais subjetivo de avaliação.

4 | CONCLUSÕES

Os processos de avaliação da extensão universitária das duas universidades estudadas são muito semelhantes, porque ambos ‘instituídos’, isto é, resultantes de movimentos exteriores aos atores e que lhes são impostos (ainda que a auto avaliação pareça resultar de uma vontade própria da instituição). Nenhum deles possui qualquer valor ‘instituinte’, isto é, transformador, e que tem a sua origem nos atores locais e contextos respectivos e terminam no mesmo lugar em que emergem. Também, pudemos perceber a questão da diferença entre concepções de avaliação e suas práticas. O que encontramos frequentemente é um discurso, e não uma concepção;

este discurso é quase sempre bastante discrepante em relação às práticas, e são as práticas que nos dizem quais são as concepções que as orientam e que normalmente estão implícitas. Como vimos, isso ocorre em ambas as universidades de maneira bastante semelhante.

A avaliação formal também parece possuir maior abrangência porque nos faz desenvolver racionalmente os processos avaliativos que são coletivos e construídos socialmente. Já os procedimentos informais (como é o caso da chamada avaliação informal), quase sempre de natureza individual e eminentemente impressionistas, selvagens e muito devedores de uma racionalidade analítica rigorosa e passível de ser submetida a análises críticas, possuem um valor bastante limitado, podendo mesmo ser questionada a sua integração no domínio conceitual da avaliação. Como vimos, a avaliação é feita muitas vezes de maneira informal nas organizações estudadas (o que nos leva a dizer que o processo não pode ser considerado como avaliação).

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

_____. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. **Avaliação**, 19 (2), 487-507, 2014.

BARBIER, J.M. **A avaliação em formação**. Porto: Edições Afrontamento, 1985.

FERNANDES, D. Avaliação em educação: uma discussão de algumas questões críticas e desafios a enfrentar nos próximos anos. **Ensaio**, 21 (78), 11-34. (2013).

GUBA, E. G., & LINCOLN, Y. S. **Avaliação de quarta geração**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

MANCIBO, D., CATANI, A. M., & Silva, J. R. Hibridismo institucional na universidade brasileira. In V. J. Chaves, J. R. Silva Júnior, & A. M. Catani, **A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais** (pp. 85-94). São Paulo, SP: Xamã, 2013.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e político na pós modernidade**. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

STUFFLEBEAM, D.L, & SHINKFIELD, A.J. **Evaluación sistemática: guía teórica y práctica**. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia, 1987.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-004-9

